

POTENCIAIS PARA UM [OUTRO] DESENVOLVIMENTO RURAL: A ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES¹

SULZBACHER, Aline Weber
HAAS, Jaqueline Mallmann
PERONI, Neimar D²

Resumo

Neste trabalho, objetiva-se resgatar sucintamente a trajetória histórica do desenvolvimento no Brasil, atentando em especial para emergência de espaços gestados pelas organizações de produtores familiares; discutir o papel das políticas públicas na transformação do espaço rural, tendo essas organizações como atores capazes de promover a articulação setorial, rumo à um desenvolvimento territorial rural. Para tanto, o estudo realiza uma discussão teórica inicial seguida de sua correlação com as ações do Fórum Regional das Cooperativas, Associações e Agroindústrias Familiares de Leite, da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Por fim, percebe-se um cenário marcado pela busca por estratégias para um [outro] desenvolvimento rural: as iniciativas empreendedoras das unidades de produção agropecuárias familiares, com apoio de agentes de extensão rural e demais instituições preocupadas com a reprodução socioeconômica destes sujeitos. A motivação que leva os agricultores/produtores a se *desacomodar* indica, antes de tudo, uma situação crítica, que obriga muitos a buscar novas soluções para garantir a sobrevivência. A percepção desta situação é um passo inicial e de considerável potencial para promover a coesão social, a discussão coletiva de alternativas e foi um dos fatores que moveu as diferentes organizações a constituir o Fórum das Organizações da Região Noroeste do RS.

Palavras chave: desenvolvimento territorial rural, atores sociais, agroindústria familiar rural

¹ Artigo final desenvolvido na disciplina de Teorias e Estratégias para o Desenvolvimento, disciplina do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, ministrada pelo Prof. Dr. Marco Antônio Fialho.

² Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – CCR/UFSM.

POTENCIAIS PARA UN [OTRO] DESARROLLO RURAL: LA ARTICULACIÓN DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS CON ORGANIZACIONES DE AGRICULTORES FAMILIARES

Resumen

El presente trabajo, trata de rescatar sucintamente la trayectoria histórica del desarrollo en el Brasil, atentando en especial a la emergencia de espacios generados por las organizaciones de productores familiares; discutir el papel de las políticas públicas en la transformación del espacio rural teniendo esas organizaciones como actores capaces de promover la articulación sectorial, rumbo a un desarrollo territorial rural. Por lo tanto, el estudio realiza una discusión teórica inicial seguida de su correlación con las acciones del Fórum Regional de las Cooperativas, Asociaciones y Agroindustrias Familiares de Leche de la Región Noroeste de Rio Grande del Sur. Por fin, se percibe un escenario marcado por la busca de estrategias para un [otro] desarrollo rural: las iniciativas emprendedoras de las unidades de producción agropecuarias familiares, con el apoyo de agentes de extensión rural y demás instituciones preocupadas con la reproducción socioeconómica de estos sujetos. La motivación que lleva a los agricultores/productores a *desacomodarse*, indica antes de todo, una situación crítica, que obliga a muchos a buscar nuevas soluciones para garantizar la sobrevivencia. La percepción de esta situación es un paso inicial y de considerable potencial para promover la cohesión social, la discusión colectiva de alternativas fue uno de los factores que ha movilizado las diferentes organizaciones a constituir el Fórum de las Organizaciones de la Región Noroeste de RS.

Palabras clave: desarrollo territorial rural, actores sociales, agroindustria familiar rural

1. Introdução

Desenvolver se transformou no imperativo social e econômico do Século XX. Países mobilizados em busca do progresso, através de uma economia forte, caminhos que pareciam apontar uma consequência lógica: o desenvolvimento social, fim das desigualdades, da miséria e da pobreza.

O desenvolvimento ocupou o cenário dos discursos políticos, dos projetos e programas de governo. Tornou-se a *varinha de condão* para resolver todos os problemas historicamente acumulados, pela expansão do modo de produção capitalista e sua teia de relações que sorveram a riqueza dos povos. No entanto, ao mesmo passe de mágica que transforma o desenvolvimento em solução, cria-se também o paradoxo: o subdesenvolvimento – pecha que ninguém quer carregar nos ombros. Para sair desta condição, governos e sociedade buscam formular estratégias, empreender ações e seguir modelos de organizações, “especializadas” em desenvolvimento, como Banco Mundial, ONU, FMI, etc...

O Brasil experimentou, principalmente a partir da década de 1950, o sabor de *diferentes receitas* de desenvolvimento. De políticas generalistas, a especificidades setoriais sem, no entanto, alterar significativamente as estruturas sociais e políticas estabelecidas. A fórmula mágica do fortalecimento da economia como um propulsor do desenvolvimento social ajudou a ampliar as desigualdades regionais, sem citar as implicações ambientais deste modelo.

Dadas estas condições, a contemporaneidade passa a exigir políticas voltadas para iniciativas locais, que atentem para as especificidades e, principalmente, que tentem reverter a lógica do desenvolvimento modernizante da década de 1960: trata-se de buscar estratégias para fomentar um desenvolvimento rural, fixando e viabilizando alternativas sustentáveis, para regiões deprimidas e para a população rural, antes considerados como “braços” para a industrialização.

Dentre as estratégias para o espaço rural, a organização da oferta da produção familiar rural através da agroindústria familiar ou da comercialização conjunta, vem tomando significativa importância, dada capacidade de agregar valor aos produtos agropecuários, de promover a participação da população rural nos espaços de produção e processamento, de fomentar a diversificação e o trabalho no coletivo, entre outros tantos impactos sociais, econômicos e ambientais, diretos e indiretos.

Tomando por base estas inquietações, objetiva-se resgatar a trajetória histórica do desenvolvimento no Brasil, atentando em especial para a emergência de espaços gestados pelas organizações de produtores familiares; discutir o papel das políticas públicas na transformação do espaço rural, tendo essas organizações como atores capazes de promover a articulação setorial, rumo à um desenvolvimento territorial rural. O estudo terá por base uma discussão teórica inicial seguida de sua correlação com estudos de casos, mediados pela vivência a campo dos autores.

2. O desenvolvimento: trajetória histórica e reflexos no meio rural

No cenário mundial, a idéia de desenvolvimento acompanha a evolução da civilização humana. No entanto, ela esteve associada a diferentes percepções como a de progresso, marcante entre o nascimento da imprensa no século XV e a Revolução Francesa (LEGOFF, 1984), mas limitada a alguns grupos de intelectuais. Somente a partir dos séculos XVI e XVII que o progresso [e o desenvolvimento como sinônimo] indefinido e irreversível incorporou “a idéia motora de nossa civilização e uma engrenagem de tal importância para o espírito moderno que qualquer crítica a seu respeito soa como um sacrilégio” (DAWSON, in Paula, 1993).

O progresso tornou-se meta da humanidade e se espalhou pelo mundo em definitivo a partir da Revolução Industrial dada as condições para assegurar a continuidade do processo de acumulação e de evolução tecnológica acelerados. De acordo com este enfoque, a idéia de progresso surgiu, se espalhou e se alargou, consolidando-se com um único e determinado tipo de progresso: o econômico.

Nesse período o termo “progresso” passou a representar o “moderno”, o “ocidental” traduzido na constante elevação da eficiência produtiva e no aumento da oferta de bens econômicos à disposição do conjunto da população. Progresso passou a ser sinônimo de desenvolvimento, que significava industrialização e bons projetos de cooperação internacional. A efetivação do termo se dá na sociedade ocidental a partir da Segunda Guerra Mundial, momento em que o capitalismo começou a dar seus primeiros sinais de crise (PAULA, 1993).

Esteva (2000) aborda de forma crítica o uso do termo *desenvolvimento* que historicamente assumiu diferentes conotações: inicialmente, sob enfoque biológico, como evolução para uma forma mais “apropriada”, e a partir do século XVIII começa

a ser concebido já como “um processo gradual de mudança social” (ESTEVA, 2000, p. 62).

No entanto, para o autor, foi em 1949 que se inaugurou a “era do desenvolvimento” a partir do discurso de Truman, presidente dos Estados Unidos, onde o mesmo reforçou a necessidade de um programa “ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas” (ESTEVA, 2000, p. 59). Ou seja, “Duzentos anos de construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento foram, naquele momento, vitoriosamente usurpados e transformados” (ESTEVA, 2000, p. 60).

Dentre as críticas elaboradas por Esteva (2000), cabe destacar a divisão do mundo em desenvolvidos e subdesenvolvidos:

Ninguém parece compreender que ‘subdesenvolvido’ é um adjetivo comparativo cuja base de apoio é a premissa, muito ocidental, mas inaceitável e não demonstrável, da unicidade, homogeneidade e linearidade da evolução do mundo (ESTEVA, 200, p. 66).

De qualquer forma, cabe concordar que “o desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação” (ESTEVA, 2000, p. 64). E essa sutileza semântica que induz a uma *linearidade da evolução do mundo* permitiu mascarar “a pauta oculta do desenvolvimento” que não era nada mais que a “ocidentalização do mundo” (WOLFGANG, 2000, p. 15).

Os reflexos da apropriação político-[imperialista] do desenvolvimento podem ser observados, no Brasil, a partir da década de 1930, quando do início do projeto de modernização do país. Cabe lembrar o programa de governo de Juscelino Kubistchek, com seu famoso slogan *50 anos em 5* no intuito de promover a aceleração do crescimento econômico a partir da adoção de modelos/pacotes tecnológicos externos.

A opção por um *tipo de desenvolvimento* macroeconômico nacional gerou conseqüências graves e condicionou a estrutura produtiva do país, as características sociais, culturais e políticas dos países ou regiões de origem desses pacotes e ainda aos interesses das corporações que os controlam (PAULA, 1993, p. 05). Entre as conseqüências desta adoção, a mais marcante é a mudança predominante no modo de produzir no país.

Estas mudanças inscrevem-se uma lógica de substituição de um modelo econômico assentado na produção agropecuária [Brasil rural] para o industrial [Brasil urbano]. O espaço rural precisa se tornar mais dinâmico, eficiente e consumidor das tecnologias importadas ou produzidas pela indústria [transnacional] nascente. A modernização do campo que, enquanto programa, passou a ser conhecida como “Revolução Verde”, objetivava:

[...] contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes (BRUM, 1988, p. 44).

No entanto, a Revolução Verde foi apenas um dos enfoques que o desenvolvimento assumiu no Brasil. Gómez (2005), ao analisar a trajetória do desenvolvimento no Brasil, aponta outros três enfoques: desenvolvimento rural integrado, desenvolvimento rural com base local e, recentemente o desenvolvimento territorial rural. No entanto, todos apresentam uma “continuidade essencial” uma vez que

(...) o desenvolvimento cumpre uma função essencial para o sistema capitalista: a função de controle social. Respalado por uma rede de saberes e poderes de grande penetração e difusão, o desenvolvimento consegue se impor, com sutileza, como um objetivo desejado por todos e necessário para todos, um objetivo legítimo e inquestionável (GÓMEZ, 2005, p. 02).

A origem da extensão rural é fruto da política desenvolvimentista. Fazia necessário educar o homem do campo para o ‘consumo’ das novas tecnologias e para fomentar sua integração ao mercado:

A partir dos anos 1950, quando se consolida a produção de bens de capital no Brasil, a extensão rural passa a se implementar no país assumindo para si a tarefa de educar o homem do campo para tirá-lo do atraso. (...) Era preciso que o Estado (e, na época, com recursos externos) atuasse no sentido do modelo urbano-industrial em andamento, devendo assegurar a educação (“direito de todos”) para o homem rural, a fim de que este passasse a aceitar as mudanças que o modelo impunha (CAPORAL e COSTABEBER, 2007, p. 06).

Um modelo agrícola agro-exportador mecanizado, somado à escassez nos investimentos públicos para o desenvolvimento da agricultura acabou por excluir aquele “homem rural” pela falta de condições de reprodução socioeconômica das unidades de produção agropecuárias familiares. No entanto, a exclusão não foi

massiva uma vez que a propriedade familiar continua sendo funcional para a reprodução do sistema capitalista, em um processo contraditório, como analisa Wilkinson (1986):

[...] a agroindústria, mais do que implicar uma subordinação real ao processo de trabalho agrícola, parece permitir a conservação da propriedade da terra em mãos do produtor direto por recusar-se a assumir a responsabilidade por um processo de trabalho ainda dominado pelas forças naturais (WILKINSON, 1986, p. 211).

Atualmente, o desenvolvimento se apropria do discurso da sustentabilidade, uma demanda que surge justamente em função dos impactos sociais e ambientais decorrentes da implementação deste modelo no último quarto de século. Soma-se a isso, as perspectivas de atentar para potencialidades locais, para o capital social das comunidades a fim de promover *um* [auto]desenvolvimento.

Neste sentido, fomentam-se estratégias alternativas para o fortalecimento da agricultura familiar, com especial atenção para nichos de mercado, representados fundamentalmente em demandas locais ou regionais, incrementando a produção e as possibilidades de agregar valor aos produtos agropecuários, conciliando técnicas modernas, com o saber social e cultural já construído historicamente.

Dentre as estratégias que vem se consolidando no espaço rural gaúcho, insere-se a agroindústria familiar rural (AFR) que passa a ser fomentada como uma estratégia importante para a reversão das consequências socioeconômicas da modernização conservadora na agricultura, sendo uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo.

A participação dos agricultores familiares é gradual, uma vez que sua própria história, sua cultura passa a ser valorizada principalmente através da apreciação pelo consumidor do produto artesanal e a promoção da expansão das relações sociais, sobretudo com a população urbana. De acordo com estudo realizado por Sulzbacher (2007) “o universo de agricultores foi incisivo ao afirmar que optaram por uma atividade que já conheciam e tentaram qualificá-la, incrementando novas técnicas de produção a fim de ampliar a escala de produção” (SULZBACHER, 2007, p. 54). Desta forma, a AFR contribuir para uma (re)organização do processo produtivo na unidade de produção e para o fortalecimento de laços de confiança, fomentando iniciativas de organização coletiva.

A organização na oferta da produção familiar é outra estratégia em expansão. Na região de abrangência do escritório regional de Ijuí, o Relatório de Atividades da EMATER/RS-ASCAR (2006), mostra um aumento na assistência à grupos de agricultores e cooperativas de produção, formados principalmente com vistas à inserir os produtores no mercado. Nesse sentido, a atividade leiteira foi uma das ações que se destacam com o surgimento de pequenas cooperativas principalmente no princípio do século XXI, após a falência do modelo de propriedade de algumas grandes cooperativas do setor e o conseqüente egresso das mesmas, na intermediação da comercialização com os novos proprietários. Dados de 2007, ainda não publicados do Escritório Regional de Ijuí ASCAR/RS-ASCAR, indicam que a estratégia de comercialização conjunta, foi responsável pelo acréscimo aproximado de 30% no preço recebido pelos pequenos produtores organizados, em comparação com similares não organizados.

Consequentemente, as ações no sentido de fomentar estratégias para as unidades de produção agropecuárias familiares, na atualidade, exigem uma revisão nas práticas convencionais dos agentes de extensão locais – principalmente aqueles ainda vinculados aos ideais desenvolvimentistas na “continuidade essencial”. Exige-se a capacidade de estimular atividades que promovam a articulação/cooperação entre os diferentes poderes locais e setores da economia a fim de consolidar um processo de mudança integrado baseado nas potencialidades locais.

Nesta perspectiva, a *linha dura* do desenvolvimento e seu cargo de conotações depreciativas principalmente para os sujeitos do espaço rural podem ser revertidas paulatinamente, usando-se de estratégias plausíveis à realidade e contínuas no tempo-espaço. Para tanto, a união de forças faz-se imprescindível, além das políticas públicas que desempenham papel de suma relevância, como será analisado a seguir.

3. Políticas Públicas no cenário rural

As políticas públicas, principalmente aquelas vinculadas ao Estado, tem importante potencial na transformação e norteameto das estratégias de desenvolvimento do espaço rural. Oliveira (1999) fornece alguns exemplos: como a ação do Estado por intermédio da política de incentivos fiscais para o reflorestamento que contribuiu para alterar, em várias áreas do país, o uso da terra;

a ação do Estado na articulação e formação de grandes cooperativas no Sul do Brasil, via política de cooperativismo, que abriu a possibilidade de expansão da cultura da soja no planalto meridional brasileiro; as atuações do Estado voltadas para a colonização da região amazônica, dentre outros.

No Brasil, historicamente as políticas públicas atentaram para a manutenção da estrutura social e fundiária no campo. Citam-se casos como a Lei de Terras de 1850, a promulgação da Constituição de 1891 e, o próprio Código Civil de 1916 que buscou a regulamentação das relações de trabalho no campo, favorecendo a manutenção da grande propriedade (BASTOS, 2006). O ambiente institucional nacional favorecia a consolidação de condições para a reprodução do capital no campo.

A agricultura familiar, somente começa a ter um notável crescimento do interesse, a partir dos anos 1990, com a criação de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoramento da Reforma Agrária. O Governo Federal tem dedicado atenção especial para a agricultura familiar, desenvolvendo atividades centradas em três linhas de ação: a Política Nacional de Assistências Técnica e Extensão Rural; a agregação de valor e geração de renda e; o financiamento e seguro da produção.

Por mais otimistas que se apresentam estas iniciativas, elas demonstram sutilmente a “necessidade” de qualificar e integrar o *sujeito rural* ao mercado. Políticas Estadistas vinculadas a uma agenda internacional formulada por parte das nações desenvolvidas e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas pelos *establishment*, para adotar uma série de “boas políticas” e “boas instituições” destinadas a promover o desenvolvimento econômico. Segundo essa agenda, “boas” são as políticas prescritas pelo chamado Consenso de Washington, entre elas as políticas macroeconômicas restritivas, a liberalização do comércio internacional e dos investimentos, a privatização e a desregulamentação (CHANG, 2004).

As recomendações dos países *desenvolvidos* vinculam-se a um discurso que, supostamente, prescreve o caminho a seguir a fim de atingir o *desenvolvimento*. À título de esboço, as instituições “boas” são as existentes nos países desenvolvidos, sobre tudo nos anglo-saxônicos, destacam-se a democracia, a burocracia “boa”, o judiciário independente, a forte proteção aos direitos de propriedade privada

(inclusive intelectual) e uma governança empresarial, transparente e orientada para o mercado (CHANG, 2004).

CHANG (2004) faz um aporte crítico destas recomendações enquanto “boas ações para promoção do desenvolvimento”. Para o autor, os países desenvolvidos estariam “chutando as escadas”, a fim de reconduzir o desenvolvimento para o *mundo subdesenvolvido*. Por trás do discurso amigável e recheado de fomentos [monetários] esconde-se a real intencionalidade de manter o *subdesenvolvimento*, cumprindo a função de controle social analisada por Gómez (2005).

Dentre os argumentos utilizados por Chang (2004), está o fato de que as políticas e instituições recomendadas pelos países atualmente desenvolvidos diferem significativamente daquelas que eles utilizaram. Ou seja, estão literalmente “chutando a escada” pela qual subiram ao topo (CHANG, 2004). O autor acredita que os países ricos “não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e instituições que hoje recomendam (...) recorrendo a políticas comerciais e industriais ruins, como a proteção a indústria nascente” (CHANG, 2004, p. 13).

Repensando as políticas para o desenvolvimento, o Brasil têm, desde a criação do Pronaf, consolidado uma virada significativa nas políticas públicas voltadas ao meio rural (SILVA, 1999). Como resposta a uma forte reivindicação dos movimentos sociais, o programa foi criado e abrigou em uma de suas “linhas” (Infra-estrutura e Serviços) um mecanismo de “diálogo” com os municípios beneficiários: os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), com representantes da sociedade local, cuja função, além de acompanhar a aplicação dos recursos, era de descobrir os potenciais de desenvolvimento em regiões menos favorecidas (ABRAMOWAY, 2003).

No entanto, ao findar de uma década de execução e frente à uma série de conquistas, tanto do PRONAF como dos mecanismos de gestão descentralizada, estes ainda apresentam uma série de problemas. No caso, em especial, dos CMDRs, o processo de criação e do próprio funcionamento enfrentam dificuldades, como ingerência política de prefeitos e falta de preparo dos conselheiros, desestimulando as funções básicas para que foram organizados (ABRAMOWAY, 2003).

Contudo, a função dos CMDRs como gestores dos recursos municipais provenientes do PRONAF, amplia-se para a participação em espaços de discussão voltados para uma outra unidade de referencia espacial: o território. Esta perspectiva

insere-se em um dos recentes programas que se colocam para o cenário nacional, o desenvolvimento territorial rural. A mudança de unidade de referência, da região para o território, traz consigo um leque de novos elementos para o planejamento e ações dentro de um determinado espaço. Elementos que passam a valorizar os potenciais endógenos, como destaca o documento publicado pelo MDA em parceria com o IICA, *Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável*: “Nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais” (MDA, 2003, p. 13). Seguindo nesta abordagem, é preciso “(...) vencer a tradição de enxergar o desenvolvimento como a soma do crescimento de diversos setores econômicos ou sociais” (MDA, 2003, p. 18/19).

A meta fundamental do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais é estimular e favorecer a coesão social e territorial das regiões e dos países onde ela é empregada como elemento harmonizador dos processos de ordenamentos (regulação descendente), e do desenvolvimento (reação ascendente), das sociedades nacionais (MDA, 2003, p. 26).

Mas qual a relação essencial entre a política de Desenvolvimento Territorial Rural e as organizações de agricultores e agroindústrias familiares rurais? Um dos eixos centrais que circunda em torno desta questão refere-se a ampliação da participação, seja dos produtores, seja do próprio Estado, descentralizado e estimulando a auto-gestão das comunidades. Para consolidação de um Território Rural há necessidade de consolidar vínculos baseados na cooperação, organização e participação, visa-se fomentar o capital social específico de cada território, e neste contexto todos os atores locais tomam significativa importância, seja na escala dos indivíduos, seja na escala dos CMDRs ou nas demais organizações autônomas que passam a discutir estratégias para fomentar um desenvolvimento endógeno.

De forma direta, as organizações e as agroindústrias familiares, ainda frágeis em sua existência, têm na interface com a política pública de desenvolvimento territorial, carências e contribuições, que podem ser elementos potenciais de um [outro] desenvolvimento rural. Para as organizações, o apoio à indústria nascente e todas as suas demandas de infra-estrutura, poderão aumentar a possibilidade de sucesso desses empreendimentos e o fortalecimento do sistema produtivo local. Já

para o território [por conseguinte a nação] a valorização de novos atributos, melhoria na dimensões econômica, social e, possivelmente ambiental. Para tanto,

A perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas que leva em conta os aspectos de interação entre os sistemas sócio-culturais e os sistemas ambientais e que considera a integração produtiva e a utilização competitiva nos recursos produtivos como meios que permitem a cooperação e co-responsabilidade ampla de diversos atores sociais (MDA, 2003, p. 31)

Para a formulação de propostas “centradas nas pessoas”, ou no caso em tela, organizações e AFRs, exige-se uma maior interação entre o conhecimento técnico e popular, de forma a consolidar estratégias que levem em conta a diversidade social e cultural das comunidades rurais. Diversidade que se expressa nas diferentes atividades (produção agropecuária, agroindústrias, etc), que além de gerar emprego e renda, promovem a articulação dos diferentes setores de forma a potencializar iniciativas de cooperação, elemento chave para a discussão, fomento e consolidação do território.

Neste sentido insere-se a realidade de alguns objetos deste estudo. O caso do fórum de organizações [cooperativas, agroindústrias e associações formais e informais] da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul na constituição de um “Território Rural”.

4. Fórum das Organizações e o Território Rural

O Fórum Regional das Cooperativas, Associações e Agroindústrias Familiares de Leite, da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, é um espaço para discussão e troca de experiências. A idéia surgiu no ano de 2000, quando da constatação, por parte dos agentes de extensão rural, do surgimento de várias iniciativas com características semelhantes em diferentes municípios. Inicia-se um processo de estímulo à articulação entre os empreendimentos e, em 2006 consolida-se o Fórum.

A participação é livre, mas é condicionada a pertencerem, nas organizações, os agricultores familiares. Não há uma restrição quanto à região de origem, mas por questões logísticas e para operacionalizar os encontros, prioriza-se uma abrangência no raio de 150 km, tendo como base o município de Ijuí.

Dados dos relatos de reuniões mostram que até o momento foram realizados 06 encontros, onde participam 18 pequenas cooperativas e 25 grupos formais e

informais, totalizando cerca de 2600 famílias (7,7% da região). Outras organizações também tem participado, como é o caso das sindicais (STR, FETRAF, CUT), dos movimentos sociais (MPA, MST) e das ONGs que atuam no setor, consolidando um espaço de discussão amplo e voltado para o fomento de estratégias para o desenvolvimento da região como um todo.

Até então o leite tem assumido papel central nas discussões, dada sua vinculação direta com as unidades de produção familiar e a conseqüente oferta do produto, que, dentre os participantes do Fórum, representa cerca de 10% do volume de leite comercializado na região somando aproximadamente seis milhões de litros por mês. Até então, aproximadamente 5% desse volume é processado em agroindústrias próprias (AFRs) e os demais comercializam *in natura*, através das organizações, para grandes empresas do setor lácteo, procedimento que exige negociações periódicas.

O objeto do presente estudo, surgiu do acompanhamento de uma dessas discussões, com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) vinculada ao MDA. Para o representante do Ministério, a justificativa da participação está na “necessidade de articulação de uma política setorial para esses pequenos empreendimentos, mantendo sua autonomia e buscando superar as suas fragilidades”.

Dentre as fragilidades enfrentadas pelos membros do fórum estão aquelas associadas à atuação das grandes empresas “que preferem negociar diretamente com produtores ou ‘freteiros’, sem a coordenação das organizações”. A expansão, na região, das unidades agroindustriais desses grandes laticínios e a “provável entrada de grandes produtores de grãos na atividade leiteira”, incita os pequenos produtores a perceber a necessidade de uma organização coletiva, com bases sólidas, a fim de garantir uma participação rentável no mercado e, conseqüentemente, viabilizar a reprodução sócio-econômica das unidades de produção familiar.

O cenário desejável para essas organizações passa “pela organização não só na comercialização, mas da assistência técnica e da produção [insumos e fomento]”, ou seja, todo o reordenamento do sistema de produção, e pelo avanço em etapas do processamento com melhoria da infra-estrutura “com postos de resfriamento próprios e caminhões para frete de primeiro e segundo percurso, fugindo do

comportamento oportunista dos freteiros”. Apontam também a possibilidade da unificação da negociação do leite *in natura*, por uma coordenação das organizações.

Aliás, o leite foi um dos produtos que promoveu a articulação dos produtores a fim de buscar alternativas, fato que demonstra como a unidade de produção familiar está intimamente vinculada a esta atividade e a sua importância na garantia de reprodução social e econômica. Desta forma, a capacidade de buscar formas alternativas às grandes empresas agroindústrias, demonstra uma pré-disponibilidade para discutir outras estratégias produtivas (diversificação) e de comercialização (*in natura* ou processadas). Esta mobilização no sentido de desprender-se do complexo agroindustrial do leite, pode fomentar o planejamento de uma reorganização espacial das atividades produtivas, diversificando os produtos e consolidando redes de comercialização e processamento.

Este planejamento deve ser encarado como um processo, onde participam os integrantes do Fórum e que pode contar com a parceria do Estado, através da SDT/MDA. Potencializam-se assim, atividades a serem desenvolvidas em conjunto, discussões do tipo de desenvolvimento desejado e a definição de estratégias, além da formalização de uma coordenação das organizações: passo inicial para o estabelecimento de fronteiras de um “território rural” a ser apoiado, dentro das políticas públicas que norteiam a instituição.

Novos passos vão ser dados a partir do ano de 2008, com o levantamento das necessidades de infra-estrutura para consolidar os projetos [apoio a indústria nascente], para ser encaminhados em março para um possível aporte de recursos do MDA através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

5. Considerações Finais

Cabe colocar algumas considerações, mas, desde já, o assunto não se esgota de imediato. Dentre as questões levantadas pelo artigo, cabe analisar algumas sob uma escala temporal: curto, médio e longo prazo.

Em curto prazo percebe-se um cenário marcado pela busca por estratégias para um [outro] desenvolvimento rural. Estratégias que nascem principalmente das iniciativas empreendedoras das unidades de produção agropecuárias familiares, com apoio de agentes de extensão rural e demais instituições preocupadas com a

reprodução socioeconômica destes sujeitos. A motivação que leva os agricultores/produtores a se *desacomodar* indica, antes de tudo, uma situação crítica, que obriga muitos a buscar novas soluções para garantir a sobrevivência.

A percepção desta situação crítica é um passo inicial e de considerável potencial para promover a coesão social, a discussão coletiva de alternativas. Esta foi a realidade que moveu as diferentes organizações a constituir o Fórum das Organizações da Região Noroeste do RS. Um outro desenvolvimento rural precisa partir da base, das demandas da população e da percepção desta da importância de mobilizar-se. Esta é uma das vias mais plausíveis para quebrar a *linha dura do desenvolvimento*, desvinculando-se paulatinamente da sua *continuidade essencial*.

No entanto, não podemos ser utópicos a ponto de acreditar que isso represente um processo revolucionário de reversão da lógica capitalista de produção e reprodução no espaço. Evidentemente que é preciso interagir com as propostas desenvolvimentistas estatais e neste contexto, o programa de desenvolvimento territorial rural pode se constituir como um importante veículo de promoção da organização social. Ou, noutro extremo, de exasperar as desigualdades sociais através da disputa de poder (política-ideológica) e agravar os conflitos já existentes. Portanto, o programa constitui-se como um incentivo paralelo, mas o protagonismo das ações e os caminhos a seguir devem ser coletivamente discutidos.

Por isso que, para consolidar um outro desenvolvimento rural, é preciso construir bases sólidas de imediato. E, em médio prazo, fomentar a participação e a interatuação entre os diferentes setores da sociedade, de forma a buscar estratégias integradas e que evitem o uso do poder centralizado.

Numa escala temporal mais longínqua, pode-se pensar em um desenvolvimento de todo território, de forma integrada e auto-sustentável. As organizações sociais (incluindo sociedade civil e demais instituições) podem ser os articuladores com MDA, não só como substitutos dos CMDRs, mas integrados e norteadoras.

6. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BASTOS, F. Ambiente Institucional no financiamento da agricultura familiar: avanços e retrocessos. In: **PRONAF 10 anos**: Mapa da produção acadêmica. Brasília, 2006.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura**: Trigo e Soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução Luiz Antonio Oliveira de Araujo. São Paulo; Editora da UNESP, 2004.

EMATER. Rio Grande do Sul/ ASCAR. *Relatório de atividades da EMATER/RS-ASCAR*. 2006. Porto Alegre, 2007. 102 p.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In.: WOLFGANG, S. (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. [tradutores Vera L. M. Joscelyne; Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. (Coleção Prismas/PROPP).

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacao_ID=253>. Acesso em: 2 fev. 2004.

_____. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. MDA/IICA/CONDRAF/NEAD. Brasília, 2003. Texto de Discussão nro 4.

OLIVEIRA, A. U. de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110

PAULA, T. P. da G. **A Trajetória de Desenvolvimento no Ocidente e no Brasil**. 1993. 187 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. In: **Revista de Ciências Humanas**. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. n. 31, abr. 2002b. p.133-154.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In.: **DOSSIÊ**, Sociologias, Porto Alegre, nº 11, jan/jun 2004. p. 88-125.

SILVA, E. R. A. da. Pronaf. Uma avaliação das ações realizadas no período 85-98. Brasília.IPEA, 1999.

SILVEIRA, R. L. L. Complexos Agroindustriais, Redes e território. In: SILVEIRA, R. L. L. e DIAS, L. C. (org.) **Redes, Sociedades e território**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, v1, p. 215-255.

SULZBACHER, A. **A agroindústria familiar rural enquanto alternativa para agricultura familiar**: estudo de caso no município de Chapada/RS. Monografia (Curso de Geografia – Licenciatura Plena) UFSM, Santa Maria, 2007.

WOLFGANG, S. (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. [tradutores Vera L. M. Joscelyne; Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.